



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

PORTARIA EMARF Nº TRF2-PTE-2024/00034, DE 17 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre aprovação do Plano de Curso "**Reforma Tributária**", a ser promovido pela Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF.

O Diretor-Geral da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (EMARF), no uso de suas atribuições e,

Considerando o art. 93, inciso II, alínea "c", e inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a participação em cursos oficiais ou reconhecidos de formação e aperfeiçoamento de magistrados como etapa obrigatória do processo de vitaliciamento e como requisito para promoção na carreira;

Considerando a Resolução nº 106, de 6 de abril de 2010, o Conselho Nacional de Justiça, alterada pela Resolução nº 426, de 8 de outubro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça;

Considerando a Resolução ENFAM nº 2, de 8 de junho de 2016, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

Considerando a Resolução ENFAM nº 7, de 7 de dezembro de 2017, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que dispõe sobre as diretrizes pedagógicas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados;

Considerando a Resolução ENFAM nº 8, de 11 de outubro de 2021, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que estabelece os critérios de pontuação ou valoração de aperfeiçoamento técnico para promoção dos(as) magistrados (as) estaduais e federais;

Considerando a Instrução Normativa ENFAM nº 1, de 3 de maio de 2017, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que disciplina o credenciamento de cursos oficiais promovidos pelas escolas judiciais, judiciárias eleitorais e de magistratura para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

Considerando a Portaria EMARF nº TRF2-PTE-2023/00054, de 13 de novembro de 2023, que dispõe sobre a participação de magistrados, servidores e demais profissionais nas ações formativas promovidas, patrocinadas ou indicadas pela EMARF.

Classif. documental

20.04.00.02



TRF2PTE202400034A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Considerando a Portaria EMARF Nº TRF2-PTE-2024/00004, de 18 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a formação, o vitaliciamento e o aperfeiçoamento dos magistrados da Justiça Federal da 2ª Região em consonância com as diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Curso "**Reforma Tributária**", a ser promovido pela Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF, nos termos do documento TRF2-PLC-2024/000018, que é parte integrante desta Portaria..

Art. 2º. A Assessoria Executiva da EMARF cuidará dos procedimentos necessários e da gestão dos documentos referentes à execução do Plano de que trata esta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

- assinado eletronicamente -

REIS FRIEDE

Diretor-Geral

ESCOLA DA MAGISTRATURA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



TRF2PTE202400034A

Diretor-Geral: Desembargador Federal Reis Friede
Diretor de Cursos e Pesquisas: Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro
Diretor de Publicações: Desembargador Federal Augusto Guilherme Diefenthaler
Diretor de Estágio: Desembargador Federal Carmen Sílvia Lima de Arruda
Diretor de Intercâmbio e Difusão: Desembargador Federal Luiz Antônio Soares

PROJETO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Curso: Reforma Tributária

Informações gerais

Categoria/natureza da ação educacional: Formação Continuada e Vitaliciamento.

Escola/instituições parceiras responsável pela realização da ação educacional: Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região.

Coordenação: Desembargadora Federal Carmen Sílvia Lima de Arruda e Desembargador Federal Marcus Abraham.

Período de inscrição: 15/04 a 15/05/2024.

Período de realização: 23/05 a 20/06/2024.

Modalidade: Presencial.

Carga horária: 40h/a.

Frequência Mínima: 75%.

Público-alvo: Magistrados (englobando magistrados federais e demais magistrados, de diferentes jurisdições).

Número de vagas: 40.

Número de turmas: 1.

Local de realização: Sala de aula da EMARF (TRF2).

Ementa: REFORMA TRIBUTÁRIA, RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA NO IBS/ CBS: ALÍQUOTA, BASE DE CÁLCULO E SUJEIÇÃO PASSIVA, PRINCÍPIO DE DESTINO, COBRANÇA POR FORA E CREDITAMENTO, IMPOSTO SELETIVO, CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL DO IBS E DA CBS. COORDENAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO IBS E DA CBS.. TRIBUTAÇÃO SETORIAL. REGIMES DIFERENCIADO, ESPECÍFICO E FAVORECIDOS.

Justificativa Necessidade de aprimoramento do conhecimento dos magistrados sobre a Reforma Tributária, tendo em vista as recentes modificações do Sistema Tributário Nacional em razão da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. Tal Emenda Constitucional gera necessidade de atualização e aprofundamento no que se refere à tributação.

Objetivo geral: Ao final do curso os magistrados estarão aptos a analisar e decidir questões relacionadas a tributação de modo mais preciso, adequado e célere, por meio do conhecimento adquirido com a experiência comparada ao Sistema Tributário anterior.

Objetivos específicos:

O curso objetiva especificamente que os magistrados adquiram as seguintes capacidades:

1. Aplicar com maior qualificação e precisão a matéria tributária;
2. Diferenciar com maior profundidade as características do Sistema Tributário anterior e o Sistema Tributário após a EC nº 132 de 20 de dezembro de 2023;
3. Aplicar, na condução dos processos sob sua responsabilidade, a base principiológica do sistema tributário nacional;
4. Decidir com maior precisão as demandas relacionadas à tributação e regimes tributários diferenciados, específicos e favorecidos;
5. Solucionar com maior celeridade e qualidade controvérsias relacionadas a complexas demandas tributárias relacionadas à inovação das atividades econômicas;
6. Decidir com maior embasamento questões que tratam da tributação;
7. Contribuir, no exercício da magistratura e enquanto membro do Poder Judiciário, para a formação do Direito Tributário;
8. Decidir com maior capacidade as demandas sobre Princípio de destino, cobrança por fora, creditamento, imposto seletivo e regra matriz de incidência;
9. Aplicar com maior eficiência as técnicas de gerenciamento de casos;
10. Aplicar os conceitos relativos à regulamentação e interpretação da regra matriz de incidência do IBS/ CBS.



Conteúdo programático/Avaliação para Aprendizagem/Metodologia/Carga horária:

| Aula – 23 de maio de 2024 – 8 h/a | | | | |
|--|---|---|--|---------------|
| Conteúdo programático | Avaliação para Aprendizagem | | Metodologia | Carga horária |
| | Atividades e Atividades Avaliativas | Objetivos das Estratégias Adotadas | | |
| 1. Fato Gerador (Base de Incidência), Base de Cálculo, Alíquota de Referência, Contribuinte, Responsável e Princípio da Tributação no Destino. | Ambientação - Breve apresentação dos docentes e dos cursistas | Integração | Apresentação pessoal dos docentes e cursistas com breves considerações sobre as expectativas para o curso. Motivar e promover o engajamento ao longo do curso | 15min |
| | Aula expositiva dialogada | Participação e contribuição | Exposição dos conteúdos com participação ativa dos cursistas, prezando o conhecimento prévio deles. Momento no qual os docentes atuarão como mediadores dos questionamentos e interpretações apresentados pelos participantes. | 2:30h/a |
| | Estudo de Caso | Problemática/reflexão conjunta dos participantes acerca dos casos propostos a partir de uma reforma tributária. | Participação dos cursistas por meio de debates sobre os casos concretos apresentados, alinhados aos objetivos do curso. | 1:30h/a |
| 2. Direito a Crédito, Imunidade, Não-incidência, Alíquota Zero, Não-cumulatividade efetiva e Princípio da Neutralidade. | Aula expositiva dialogada | Participação e contribuição | Exposição dos conteúdos com participação ativa dos cursistas, prezando o conhecimento prévio deles. Momento no qual os docentes atuarão como mediadores dos questionamentos e interpretações apresentados pelos participantes. | 2:30h/a |
| | Estudo de Caso. | Problemática/reflexão conjunta dos | Participação dos cursistas por meio de debates | 1:30h/a |



TRF2PTE202400034A



| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | participantes acerca dos casos propostos a partir de uma reforma tributária. | sobre os casos concretos apresentados, alinhados aos objetivos do curso | |
|--|--|--|---|--|

| Aula 2: 30 de maio de 2024. 8 h/a | | | | |
|---|-------------------------------------|--|---|---------------|
| Conteúdo programático | Avaliação para Aprendizagem | | Metodologia | Carga horária |
| | Atividades e Atividades Avaliativas | Objetivos das Estratégias Adotadas | | |
| 3. Regimes Aduaneiros/Importação | Aula expositiva dialogada | Participação e contribuição | Exposição dos conteúdos com participação ativa dos cursistas, prezando o conhecimento prévio deles. Momento no qual o docente atuará como mediador dos questionamentos e interpretações apresentados pelos participantes. | 2:30h/a |
| | Estudo de Caso. | Problematização/reflexão conjunta dos participantes acerca dos casos propostos a partir de uma reforma tributária. | Participação dos cursistas por meio de debates sobre os casos concretos apresentados, alinhados aos objetivos do curso | 1:30h/a |
| 4. Regimes Específicos de Tributação – Combustíveis, Biocombustíveis e Energia. | Aula expositiva dialogada | Participação e contribuição | Exposição dos conteúdos com participação ativa dos cursistas, prezando o conhecimento prévio deles. Momento no qual o docente atuará como mediador dos questionamentos e interpretações apresentados pelos participantes. | 2:30h/a |



| | | | | |
|--|-----------------|---|--|---------|
| | Estudo de Caso. | Problemática/reflexão conjunta dos participantes acerca dos casos propostos a partir de uma reforma tributária. | Participação dos cursistas por meio de debates sobre os casos concretos apresentados, alinhados aos objetivos do curso | 1:30h/a |
|--|-----------------|---|--|---------|

| Aula 3: 06 de junho de 2024. 8 h/a | | | | |
|---|-------------------------------------|---|---|---------------|
| Conteúdo programático | Avaliação para Aprendizagem | | Metodologia | Carga horária |
| | Atividades e Atividades Avaliativas | Objetivos das Estratégias Adotadas | | |
| 5. Regimes Específicos de Tributação - Planos de Saúde, Seguro Saúde e Hospitais. | Aula expositiva dialogada | Participação e contribuição | Exposição dos conteúdos com participação ativa dos cursistas, prezando o conhecimento prévio deles. Momento no qual o docente atuará como mediador dos questionamentos e interpretações apresentados pelos participantes. | 2:30h/a |
| | Estudo de Caso. | Problemática/reflexão conjunta dos participantes acerca dos casos propostos a partir de uma reforma tributária. | Participação dos cursistas por meio de debates sobre os casos concretos apresentados, alinhados aos objetivos do curso | 1:30h/a |
| 6. Regimes Específicos de Tributação - Operação com bens imóveis. | Aula expositiva dialogada | Participação e contribuição | Exposição dos conteúdos com participação ativa dos cursistas, prezando o conhecimento prévio deles. Momento no qual o docente atuará como mediador dos questionamentos e interpretações apresentados pelos participantes. | 2:30h/a |



| | | | | |
|--|-----------------|--|--|---------|
| | Estudo de Caso. | Problematização/reflexão conjunta dos participantes acerca dos casos propostos a partir de uma reforma tributária. | Participação dos cursistas por meio de debates sobre os casos concretos apresentados, alinhados aos objetivos do curso | 1:30h/a |
|--|-----------------|--|--|---------|

Aula 4: 13 de junho de 2024. 8 h/a

| Conteúdo programático | Avaliação para Aprendizagem | | Metodologia | Carga horária |
|---|-------------------------------------|--|---|---------------|
| | Atividades e Atividades Avaliativas | Objetivos das Estratégias Adotadas | | |
| 7. Regimes Específicos de Tributação - Serviços Financeiros e Serviços de Seguro. | Aula expositiva dialogada | Participação e contribuição | Exposição dos conteúdos com participação ativa dos cursistas, prezando o conhecimento prévio deles. Momento no qual o docente atuará como mediador dos questionamentos e interpretações apresentados pelos participantes. | 2:30h/a |
| | Estudo de Caso. | Problematização/reflexão conjunta dos participantes acerca dos casos propostos a partir de uma reforma tributária. | Participação dos cursistas por meio de debates sobre os casos concretos apresentados, alinhados aos objetivos do curso. | 1:30h/a |
| 8. Imposto Seletivo. | Aula expositiva dialogada | Participação e contribuição | Exposição dos conteúdos com participação ativa dos cursistas, prezando o conhecimento prévio deles. Momento no qual o docente atuará como mediador dos questionamentos e interpretações apresentados pelos participantes. | 2:30h/a |
| | Estudo de Caso. | Problematização/reflexão conjunta dos participantes acerca dos casos propostos | Participação dos cursistas por meio de debates sobre os casos | 1:30h/a |



| | | | | |
|--|--|-------------------------------------|--|--|
| | | a partir de uma reforma tributária. | concretos apresentados, alinhados aos objetivos do curso | |
|--|--|-------------------------------------|--|--|

| Aula 5: 20 de junho de 2024 - 8 h/a | | | | |
|--|-------------------------------------|--|---|---------------|
| Conteúdo programático | Avaliação para Aprendizagem | | Metodologia | Carga horária |
| | Atividades e Atividades Avaliativas | Objetivos das Estratégias Adotadas | | |
| 9. Administração Tributária e Comitê Gestor, Interpretação, Regulamentação, Fiscalização, Lançamento e Contencioso Administrativo e Judicial da CIBES. | Aula expositiva dialogada | Participação e contribuição | Exposição dos conteúdos com participação ativa dos cursistas, prezando o conhecimento prévio deles. Momento no qual o docente atuará como mediador dos questionamentos e interpretações apresentados pelos participantes. | 2:30h/a |
| | Estudo de Caso. | Problematização/reflexão conjunta dos participantes acerca dos casos propostos a partir de uma reforma tributária. | Participação dos cursistas por meio de debates sobre os casos concretos apresentados, alinhados aos objetivos do curso | 1:30h/a |
| 10. Reforma do Processo Tributário Administrativo e Judicial | Aula expositiva dialogada | Participação e contribuição | Exposição dos conteúdos com participação ativa dos cursistas, prezando o conhecimento prévio deles. Momento no qual o docente atuará como mediador dos questionamentos e interpretações apresentados pelos participantes. | 2:00h/a |
| | Estudo de Caso. | Problematização/reflexão conjunta dos participantes acerca dos casos propostos a partir de uma reforma tributária. | Participação dos cursistas por meio de debates sobre os casos concretos apresentados, alinhados aos objetivos do curso | 2:00h/a |



Formas de interação.

A proposta metodológica para o desenvolvimento do Curso abrangerá a realização de exposições dialogadas, integrando aprofundamento teórico, reflexões, debates e estudos de casos.

As atividades propostas serão permeadas por debates e acontecerão em momentos abertos para o conjunto dos participantes e atividades em grupos envolvendo temáticas de maior interesse. De forma geral, na exposição dialogada deverão ser apresentadas visões teóricas contextualizadas sobre o tema, com base nas práticas e desafios da magistratura e com participação ativa dos alunos.

Atuação e responsabilidades do aluno

Durante a realização do curso, é sua responsabilidade:

- I. Participar das aulas regularmente;
- II. Observar os avisos enviados pela coordenação e pelos docentes;
- III. Atentar para os critérios de avaliação adotados;
- IV. Participar dos debates;
- V. Participar das atividades propostas;
- VI. Responder às avaliações de reação.

Atuação dos docentes

Os docentes, dentre outras atribuições, são responsáveis pelo direcionamento e mediação dos debates, pelo esclarecimento de dúvidas, pela elaboração, orientação e avaliação das atividades, conforme proposta metodológica e programação do curso.

Programação:

| Aulas Presenciais | | | |
|-------------------|---------------|--|---|
| Data | Horários | Temas | Docentes |
| 23/05 | 09:00 - 11:30 | 1. Abertura Fato Gerador (Base de Incidência), Base de Cálculo, Alíquota de Referência, Contribuinte, Responsável e Princípio da Tributação no Destino. | Carmen Sílvia Marcus Lívio Gomes |
| | 11:30 – 13:00 | Estudo da Reforma tributária a partir de casos concretos (Precedentes dos Tribunais Superiores). | Marcus Abraham |
| | 13:00 – 14:00 | INTERVALO PARA O ALMOÇO | |
| | 14:00 – 16:30 | 2. Direito a Crédito, Imunidade, Não-incidência, Alíquota Zero, Não-cumulatividade efetiva e Princípio da Neutralidade. | Carmen Sílvia Marcus Lívio Gomes |
| | 16:30 – 18:00 | Estudo da Reforma tributária a partir de casos concretos (Precedentes dos Tribunais Superiores). | Marcus Abraham |
| 30/05 | 09:00 - 11:30 | 3. Regimes Aduaneiros/ Importação | Antônio Henrique Correa da Silva Marcus Lívio Gomes |



| | | | |
|-------|---------------|--|---|
| | 11:30 – 13:00 | Estudo da Reforma tributária a partir de casos concretos (Precedentes dos Tribunais Superiores). | Marília Cavagni |
| | 13:00 – 14:00 | INTERVALO PARA O ALMOÇO | |
| | 14:00 – 16:30 | 4. Regimes Específicos de tributação, combustíveis, biocombustíveis e Energia. | Bianca Stamato Marcus Lívio Gomes |
| | 16:30 – 18:00 | Estudo da Reforma tributária a partir de casos concretos (Precedentes dos Tribunais Superiores). | Bianca Stamato Marcus Lívio Gomes |
| 06/06 | 09:00 - 11:30 | 5. Regimes Específicos de Tributação – Plano de saúde e hospitais. | Antônio Henrique Corrêa Silva Marcus Lívio Gomes |
| | 11:30 – 13:00 | Estudo da Reforma tributária a partir de casos concretos (Precedentes dos Tribunais Superiores). | Antônio Henrique Corrêa Silva Marcus Lívio Gomes |
| | 13:00 – 14:00 | INTERVALO PARA O ALMOÇO | |
| | 14:00 – 16:30 | 6. Regimes Específicos de Tributação - Operação com bens imóveis. | Carmem Silvia Marcus Lívio Gomes |
| | 16:30 – 18:00 | Estudo da Reforma tributária a partir de casos concretos (Precedentes dos Tribunais Superiores). | Carmem Silvia Marcus Lívio Gomes |
| 13/06 | 09:00 - 11:30 | 7. Regimes Específicos de Tributação. Serviços Financeiros e Serviços de Seguro. | Mauro Luís Rocha Lopes Marcus Lívio Gomes |
| | 11:30 – 13:00 | Estudo da Reforma tributária a partir de casos concretos (Precedentes dos Tribunais Superiores). | Mauro Luís Rocha Lopes Marcus Lívio Gomes |
| | 13:00 – 14:00 | INTERVALO PARA O ALMOÇO | |
| | 14:00 – 16:30 | 8. Imposto Seletivo. | Juliana Brandão Marcus Lívio Gomes |



| | | | |
|-------|---------------|--|---------------------------------------|
| | 16:30 – 18:00 | Estudo da Reforma tributária a partir de casos concretos (Precedentes dos Tribunais Superiores). | Juliana Brandão Marcus Lívio Gomes |
| 20/06 | 09:00 - 11:30 | 9. Administração Tributária e Comitê Gestor, Interpretação, Regulamentação, Fiscalização, Lançamento e Contencioso Administrativo e Judicial da CIBES. | Marcus Lívio Gomes Marília Cavagni |
| | 11:30 – 13:00 | Estudo da Reforma tributária a partir de casos concretos (Precedentes dos Tribunais Superiores). | Marcus Lívio Gomes Marília Cavagni |
| | 13:00 – 14:00 | INTERVALO PARA O ALMOÇO | |
| | 14:00 – 16:00 | 10. Reforma do Processo Tributário Administrativo e Judicial | Marcus Lívio Gomes Marília Cavagni |
| | 16:00 – 18:00 | Estudo da Reforma tributária a partir de casos concretos (Precedentes dos Tribunais Superiores). | Marcus Lívio Gomes Marília Cavagni |
| | | | Total: 40h/a |

Avaliação de Reação: Buscando o constante aperfeiçoamento das atividades educacionais promovidas por esta Escola, ao final do curso os participantes responderão a um questionário em que informarão seu grau de satisfação com os temas do curso, a desenvoltura dos docentes, a metodologia empregada e a adequação do ambiente educacional como um todo.

Certificação: Exigir-se-á, para fins de certificação e aproveitamento no curso que os participantes frequentem 75% da carga horária total ministrada, que será oferecida modalidade presencial. Além disso, os participantes deverão obter participação qualitativa nos debates e nas demais atividades propostas, realizadas no decorrer do curso.

Docentes:

- Antônio Henrique Corrêa Silva:** Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003). Atualmente, é professor da ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMERJ e juiz federal - Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro (RJ). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Financeiro e Tributário. É Coordenador da Comissão de Direito Administrativo e Ambiental da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (EMARF) e Coordenador de Direito Administrativo da Escola da Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (EJUFERJES).
- Bianca Stamato Fernandes:** Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1997) e mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003). Atualmente é juíza federal - Tribunal Regional Federal 2ª Região.
- Carmen Sílvia Lima Arruda:** Pós-doutoranda em Direito Econômico, Financeiro e Tributário na USP. PhD em Direito Público pela Universidade de Pavia, Itália e Doutora em Sociologia e Direito pela UFF em 2019. Pesquisadora do DAI-USP desde 2021 e do CEDAU-USP desde 2020. Mestre em Justiça Administrativa (PPGJA/UFF-2015). Juris Doctor pela University of Miami (2008) com especialização em Direito Comparado. Desembargadora Federal do TRF2, promovida por merecimento em 2022. Foi juíza titular da 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro, desde



1996. Coordenadora da Comissão de Direito Privado da EMARF- Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região. Foi Procuradora do Município do Rio de Janeiro de 1991 a 1996. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1989.

4. **Marcus Lívio Gomes:** Pós-doutorando no Instituto de Estudos Jurídicos Avançados (IALS / University of London). Doutor e Mestre em Direito Tributário pela Universidade Complutense de Madrid, Espanha. Professor Associado dos programas de Bacharelado, Mestrado e Doutorado em Direito Tributário e Direito Tributário Internacional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisa Líder do Grupo de Projetos Brasileiro BEPS (Base Erosion e Profit Shift) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Juiz Federal do 2º Circuito Federal (Rio de Janeiro), Ex-Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e ex-Auditor Fiscal da Receita Federal (VAT) do Estado de Minas Gerais. Coordenador e Docente do Comitê de Direito Tributário da Escola do Judiciário Federal do 2º Circuito Federal. Ex-Coordenadora e Docente do Comitê de Direito Tributário da Justiça Estadual da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Diretoria de Avaliação, Seleção e Acompanhamento do Tribunal Administrativo de Recursos Humanos (CARF). Membro do Comitê Executivo e Associado do Instituto Latino-Americano de Direito Tributário (ILADT). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6210884573719098>.

5. **Juliana Brandão da Silveira Couto Vilela Pedras:** Juíza Federal TRF2, Mestranda em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento da UERJ. Formada em Direito pela UCAM. Jupedras@gmail.com, Cpf : 069.782.067-09

6. **Marcus Abraham:** Professor Titular de Direito Financeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde setembro de 2020, tendo sido antes, na mesma instituição, Professor Adjunto de 2006 a 2016 e Professor Associado de 2016 a 2020. Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutorado na Universidade de Lisboa. Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2005), Mestre em Direito Tributário pela Universidade Candido Mendes (2000), MBA em Direito Empresarial pela EMERJ/CEE (1998), graduação em Administração pela Universidade Candido Mendes (1996) e graduação em Direito pela Universidade Candido Mendes (1992). Ex-Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (2006-2013). Foi Procurador da Fazenda Nacional (2000 - 2012) e atualmente é Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Diretor-Geral da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região - EMARF (Biênio 2021-2023). Foi Pesquisador junto ao Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa (Portugal), de 2019 até 2023: <http://lattes.cnpq.br/7402153190471389>

7. **Marília da Silva Cavagni:** Advogada, Doutoranda e Mestre em Direito Tributário, Finanças Públicas e Desenvolvimento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Master of Laws (LLM) em Direito Tributário e Contabilidade Fiscal no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), Especialização em Giustizia Constitutionale e Tutela Jurisdizionale dei Diritti pela Universidade de Pisa (em curso) Pós-graduada em Direito Público pela Escola de Magistratura Federal do RS e Universidade de Caxias do Sul (ESMAFERS/ UCS), Pós-graduada Novas Tecnologias, Transformação e Agilidade (FIA Business School), Master of Business Administration (MBA) em Gestão e Planejamento Tributário na Universidade Cândido Mendes (UCAM), Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil pelo Centro Universitário de Araras -SP. Professora na Escola de Magistratura Federal da 1ª Região. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/180281215803148>.

Obs: a docente está inscrita nos Cursos de Formação de Formadores, Módulos 1, 2 e 3, cuja data prevista para término é no dia 17/05/24.

8. **Mauro Luís Rocha Lopes:** Possui graduação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991) e Mestrado pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é juiz federal no Rio de Janeiro e Coordenador Acadêmico na empresa Descomplica. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Direito Tributário e Processo Tributário.

Bibliografia:

APPY, B. Por que o sistema tributário brasileiro precisa ser reformado. Interesse Nacional, v. 8, n. 31, p. 65-81, out./dez. 2015.

_____. Tributação e produtividade no Brasil. In: BONELLI, R.; VELOSO, F.;

ABRAHAM MARCUS. Alguns aspectos das recentes reformas tributária e financeira. In: Reformas ou Deformas Tributárias e Financeiras: por que, para que, para quem e como?. 1ed. Belo Horizonte: Letramento, 2020, v. , p. 747-763.

ABRAHAM MARCUS. A reforma tributária que queremos. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2019.

PINHEIRO, A. C. (Orgs.). Anatomia da produtividade no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier; Ibrel/FGV, 2017.

BANKS, J; DIAMOND, P. The base for direct taxation. In: MIRRELES, J. et al. (Eds.). Dimensions of tax design: the mirreles review. Oxford: Oxford University Press for Institute for Fiscal Studies, 2010. Reforma Tributária: princípios norteadores e propostas para



debate | 73

FÖRSTER, M.; LLENA-NOZAL, A.; NAFILYAN, V. Trends in top incomes and their taxation in OECD countries. Paris: OECD Publishing, 2014. (Working Paper, n. 159).

COSTA, Regina Helena, FILHO, Efraim, GOMES, Marcus Lívio, FELIX, Talita pimenta, SILVA, Eduardo Souza Pacheco Cruz e: A reforma do Processo Tributário. Casa Do Direito. 1ª Edição.

HANNI, M.; MARTNER, R.; PODESTÁ, A. El potencial redistributivo de la fiscalidad en América Latina. Revista Cepal, n. 116, p. 7-26, ago. 2015.

JOHANSSON, A. et al. Taxation and economic growth. Paris: OECD, 2008. (Working Paper, n. 620).

LUKIC, M. Reforma tributária no Brasil: ideias, interesses e instituições. Curitiba: Juruá, 2014. _____. Tributação sobre bens e serviços no Brasil: problemas atuais e propostas de reformas. Brasília: Ipea, 2017. Mimeografado.

MIRREES, J. et al. Tax by design. Oxford: Oxford University Press, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/Yfqnea>>.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Tax policy reforms in the OECD. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/DwiKU6>>.

ORAIR, R. et al. Carga tributária brasileira: estimação e análise dos determinantes da evolução recente – 2002-2012. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/mQaFmE>>.

REZENDE, F. et al. Proposta de reforma do sistema tributário brasileiro. Brasília: Ipea, 1987. (Texto para Discussão, n. 104).

SORENSEN, P. B. Dual income taxes: a Nordic tax system. In: CLAUS, I. et al. (Eds.) Tax reform in open economies: international and country perspectives. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

SOUZA, A. J. P. Imposto de renda no Brasil: estudo de distorções, em especial algumas relacionadas à distribuição de lucros das empresas. 2016. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração Fazendária, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Pp4gcZ>>.

VARSANO, R. A tributação do valor adicionado, o ICMS e as reformas necessárias para conformá-lo às melhores práticas internacionais. Brasília: BID, fev. 2014.

Desembargador Federal Reis Friede
Diretor-Geral da EMARF

Desembargadora Federal Carmem Sílvia Lima de Arruda
Coordenadora Pedagógica do Curso

Desembargador Federal Marcus Abraham
Coordenador Pedagógico do Curso

